

## **Intervenção no PAOD, Assembleia Municipal de Lisboa, 27 de Setembro de 2016**

Um dos temas que Os Verdes trazem hoje à discussão é a criação da Assembleia Municipal Jovem de Lisboa.

É nosso entendimento que a participação dos jovens é fundamental para uma sociedade mais participada, mais democrática e inclusiva. Para isso, temos que criar meios para que esta participação seja mesmo uma realidade e para que os jovens possam ser parte activa no processo de construção de uma sociedade melhor.

Acreditamos também que os órgãos autárquicos podem estar mais próximos dos jovens se promoverem a sua participação e envolvimento.

Por isso mesmo, propomos a criação da Assembleia Municipal Jovem de Lisboa, um espaço onde os jovens possam apresentar e debater as necessidades e aspirações da vida local.

O objectivo é, naturalmente, promover a participação dos jovens na vida local e na sociedade em geral, permitir-lhes um contacto mais próximo com o poder local e sensibilizá-los para as competências e funcionamento dos órgãos autárquicos. Além disso, a Assembleia Municipal Jovem seria um importante contributo para a sua formação, proporcionando-lhes uma melhor compreensão dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

No fundo, o que Os Verdes pretendem com esta proposta é assegurar que os jovens não se limitem a ouvir sobre a democracia e a cidadania, mas que tenham a oportunidade de praticá-las.

Outra tema que trazemos à Assembleia é a defesa das esquadras de Lisboa.

De vez em quando, os sucessivos Governos lembram-se de fazer reestruturações das forças de segurança, através do encerramento de esquadras.

Desta vez, a Ministra da Administração Interna pretende encerrar 11 esquadras na cidade de Lisboa. Situação que não é nova pois já houve tentativas nesse sentido que foram, e bem, travadas devido à forte mobilização da população.

Também nessa altura, Os Verdes tomaram posição contra o encerramento de esquadras.

Todos nós sabemos que as esquadras de policiamento de proximidade localizadas em vários bairros da capital têm desenvolvido um trabalho de combate à insegurança que se reflecte na diminuição da criminalidade.

Portanto, não podem ser critérios economicistas nem o número baixo de ocorrências a prevalecer, porque estamos a falar de segurança de pessoas e bens. O que deve contar é a diminuição da criminalidade que resulta do policiamento de proximidade.

Perante isto, propomos que a CML defenda, junto do Governo, a manutenção e a renovação das esquadras na cidade de Lisboa e que proponha ao Governo que, antes de qualquer medida que venha a comprometer a segurança dos cidadãos em Lisboa, ausculte a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, a autarquia e as Juntas de Freguesia.

Propomos também que seja ponderada a abertura de concursos que permitam a futura substituição de profissionais e que seja garantido um policiamento de proximidade, assim como os meios logísticos necessários ao bom funcionamento das esquadras de Lisboa.

O terceiro tema que pomos à consideração dos Srs. deputados está relacionado com as obrigações do município para com a Assembleia Distrital de Lisboa.

O Ministério das Finanças comunicou recentemente à Câmara que esta mantém uma dívida de 134.420 € para com a Assembleia Distrital de Lisboa, valor que resulta do incumprimento do pagamento da respectiva quotização, desde Janeiro de 2012 até ao final de Junho de 2014.

Estes valores foram aprovados numa reunião plenária distrital, em cumprimento dos requisitos legalmente exigidos, órgão em que têm assento todos os Municípios do Distrito de Lisboa e destinavam-se a suportar os encargos com o pessoal e os custos de funcionamento dos serviços que se encontravam dependentes da Assembleia Distrital de Lisboa.

Muito simplesmente, e em nome do rigor e do cumprimento, o que propomos é que a Câmara faça esse pagamento, regularizando, assim, a referida dívida.

**Cláudia Madeira**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”